



Newsletter

N.º 15 - Novembro 2014

Sumário

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

- 1 Nota de Abertura
- 2 O Novo Código Fiscal do Investimento
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Nesta edição da nossa Newsletter damos especial destaque à recente entrada em vigor do novo Código Fiscal do Investimento (CFI), o qual reúne: a) o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo; b) o regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI); c) o regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR); e d) o sistema de Incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II).

Pretende-se (e espera-se) com a adoção destas medidas a promoção da competitividade da economia portuguesa e a manutenção de um enquadramento fiscal mais favorável ao investimento, bom como à tão necessária criação de emprego e ao reforço dos capitais próprios das empresas.



O Novo Código Fiscal do Investimento

Na atual legislatura, uma das bandeiras do Executivo tem sido a promoção da competitividade e do investimento.

Com a introdução da Lei n.º 162/2014, de 31 de Outubro, o Governo apresentou um novo Código Fiscal do Investimento que tem em vista, sobretudo, intensificar o apoio ao investimento, favorecer o crescimento sustentável, a criação de emprego e o reforço da estrutura de capital das empresas.

O objetivo da revisão do Código Fiscal do Investimento passa, por um lado, por adaptá-lo ao novo quadro legislativo europeu aplicável aos auxílios estatais para o período 2014-2020 e, por outro, reforçar os diversos regimes de benefícios fiscais ao investimento, nomeadamente no que se refere a investimentos que proporcionem a criação ou manutenção de postos de trabalho e se localizem em regiões menos favorecidas.

O diploma em apreço estabelece, assim, diversos benefícios fiscais ao investimento, designadamente, (i) o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo, (ii) o regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI), (iii) o regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR), (iv) o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II).

Quanto aos benefícios fiscais contratuais, o novo Código aumenta o limite máximo de crédito de imposto em sede de IRC, bem como as majorações previstas para investimentos realizados em regiões com poder de compra *per capita*

Em bom rigor, com o novo Código Fiscal do Investimento pretende-se sistematizar, num único diploma, todos os benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas que se encontram hoje dispersos por diversa legislação.

significativamente inferior à média nacional, que proporcionem a criação ou a manutenção de postos de trabalho ou que contribuam para a inovação tecnológica ou para a proteção do ambiente.

Relativamente ao Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, é aumentado o limite do crédito de imposto em sede de IRC, sendo ainda alargado o período máximo de isenção de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), bem como o âmbito de aplicação da isenção de Imposto do Selo, incentivando o empreendedorismo, a inovação e favorecendo a criação de empresas com estruturas de capital saudáveis.

A Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos passa a constituir um regime de incentivos fiscais ao investimento em favor de micro, pequenas e médias empresas nos termos do RGIC. O benefício consiste na dedução à coleta do IRC de 10% dos lucros retidos que sejam reinvestidos, em ativos elegíveis, no prazo de 2 anos a contar do termo do período de tributação a que correspondem os lucros retidos, com o máximo de uma dedução anual de 25% da coleta de IRC.

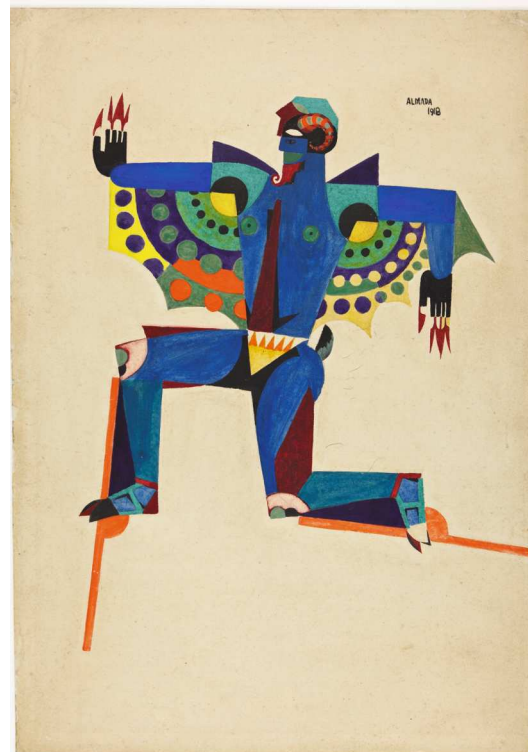
O SIFIDE II, por seu turno, é integrado no novo Código nos

mesmos termos em que consta do atual Código.

Em bom rigor, com o novo Código Fiscal do Investimento pretende-se sistematizar, num único diploma, todos os benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas que se encontram hoje dispersos por diversa legislação.

O Código Fiscal do Investimento pretende dar coerência e coesão à reforma do IRC, no sentido da simplificação, do reforço da competitividade fiscal, da promoção do investimento e da criação de emprego.

Assim, este bem pode ser mais um passo no sentido de Portugal se tornar num país dotado de um acervo legislativo sobre estas matérias de cariz mais agressivo, face à concorrência fiscal que se faz sentir, proporcionando, desta forma, um forte incentivo à atração de novos capitais de investimento.



Joana Teixeira

joanateixeira@cammp.pt



JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- LABORAL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de novembro de 2014](#)

Despedimento Coletivo – Comunicação – Motivação

Do princípio constitucional da “segurança no emprego” não advém uma proibição absoluta do despedimento do(s) trabalhador(es) nos casos em que, seja por razões de mercado, seja por razões estruturais, seja por razões tecnológicas, o empregador se veja compelido a fazer cessar um número determinado de contratos de trabalho, conquanto lance mão, para o efeito, de procedimento substancial e formalmente adequado e garantido aos trabalhadores afetados a adequada compensação financeira.

Tratando-se de um despedimento coletivo, na comunicação por escrito à comissão de trabalhadores ou, na sua falta, à comissão intersindical ou às comissões sindicais da empresa representativas dos trabalhadores a abranger, é essencial que constem os critérios para seleção dos trabalhadores a despedir: os motivos, os setores abrangidos, os trabalhadores selecionados. Tal enunciação dos critérios deverá ser suficientemente clara de modo a permitir: (i) aos

trabalhadores afetados, (a) a perceção das razões que importaram fossem englobados no procedimento, (b) aquilatar da adequação desses critérios à cessação, em concreto, dos seus vínculos laborais, (c) aferir da veracidade dessas razões e seu nexos com o critério eleito; (ii) ao Tribunal, a sindicabilidade da sua concreta aplicação. Respeita a exigência da definição dos critérios de seleção do trabalhador a despedir, a comunicação enviada a um diretor de departamento da área Digital, único nessa categoria, compreendendo um leque de critérios de seleção que, analisados em concatenação e interligação com os motivos invocados para o despedimento coletivo, permite salvaguardar a defesa dos valores enunciados supra.

- INSOLVÊNCIA -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30 de outubro de 2014](#)

Livrança – Plano de insolvência – Relação cambiária

A relação entre portador (exequente) e o avalista (executado) não constitui uma relação imediata, revelando, isso sim e sempre, uma relação mediata, deste circunstancialismo jurídico-positivo se inferindo que não é tolerado ao avalista, na oposição à execução que venha a deduzir, que faça valer quaisquer exceções fundadas

nas relações pessoais com o avalizado. Deste modo, porque o plano de insolvência está, inexoravelmente, de fora da relação cartular configurada na livrança que se executa, esta ocorrência judicial não é suscetível de se impor na presente execução.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de novembro de 2014](#)

Créditos dos trabalhadores – Privilégio creditório imobiliário especial

O artigo 333.º, n.º 1, alínea b) do Código do Trabalho, estipula que o privilégio imobiliário especial será concedido ao trabalhador pelos bens imóveis do empregador nos quais preste a sua atividade.

Ora, sendo a atividade laboral do Recorrente – trabalhador da construção civil – o qual alega ter prestado funções em «todos» os imóveis da Insolvente, é a de saber se neste caso particular, todos os bens imóveis daquela estão onerados com o aludido privilégio e não apenas os concretos imóveis do empregador devedor onde o trabalhador credor tivesse exercido a sua atividade. Encontram-se afastados do âmbito e alcance do privilégio imobiliário especial consagrado naquele normativo, todos os imóveis construídos pela Insolvente, destinados à atividade de construtora imobiliária desta e onde, além

do mais o ora Recorrente, desempenhou pontualmente as suas funções enquanto canalizador, mas onde e após ter efetuado o trabalho correspondente ao seu ofício, neles deixou de prestar qualquer atividade, embora tivesse continuado ao serviço da Insolvente.

Apenas se poderá encontrar abrangida por tal privilégio a sede da empresa, entendida esta como o seu estabelecimento comercial ou o local onde a mesma centre toda a sua atividade económica, epicentro de toda a gestão, já que sempre foi a esta e só a esta, que o Recorrente, enquanto funcionário, se manteve ligado e não a todos aqueles outros imóveis, onde por força do exercício da sua específica arte prestou funções temporárias e apenas durante a edificação dos mesmos.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de novembro de 2014](#)

Contrato-promessa de compra e venda – incumprimento definitivo – direito de retenção

Constituem pressupostos do reconhecimento do direito de retenção, previsto no art. 755.º, n.º 1, al. f), do CC: a) a existência de promessa de transmissão ou de constituição de direito real; b) a entrega (ao promitente-comprador) da coisa objeto do contrato-promessa; c) a titularidade, por parte do beneficiário, de um direito de crédito sobre a outra parte, decorrente do

incumprimento definitivo do contrato-promessa.

Ora, a recusa de cumprimento do contrato em curso, por parte do administrador da insolvência, legítima que se endosse ao próprio insolvente, em termos de imputabilidade reflexa, o incumprimento definitivo daquele contrato.

O art. 106.º, n.º 2, do CIRE, reclama uma interpretação restritiva, de molde a considerar-se que o mesmo se aplica apenas às promessas não sinalizadas, devendo aplicar-se às demais – promessas sinalizadas – a disciplina civilista do art. 442.º, n.º 2.

- BANCÁRIO -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de novembro de 2014](#)

Contrato autónomo de garantia bancária – Garantia à primeira solicitação – Garantia não automática – Incumprimento

Na garantia bancária, à primeira solicitação *on first demand*, o garante bancário está obrigado a pagar, logo que para tanto interpelado face à autonomia e à automaticidade do contrato, mas tal obrigação não é incompatível com a exigência de prova, ainda que sumária, desse incumprimento. A fronteira entre a garantia bancária automática ou não automática não passa pela consideração de que naquela o beneficiário pede ao garante e este sem mais deve pagar, por contraponto à garantia não automática em que o garante pode, reportando-se ao



contrato de garantia, questionar se os pressupostos da sua responsabilidade se verificam, mormente, no caso em que se acertou que tal pedido de pagamento ficou dependente de prova, não de factos relacionados com o contrato-base (em relação ao qual o garante é alheio), mas em relação ao contrato de garantia.

Ora, por regra, seja a garantia *on first demand*, ou não, o Banco pretenderá uma prova do não cumprimento do contrato-base, porque essa prova é que despoleta a sua responsabilidade: feita essa prova, o Banco garante não pode recusar o pagamento a

menos que tenha sérios indícios de conduta dolosa, fraudulenta, que evidencie ser abusiva e ilegítima a pretensão do beneficiário.

- CIVIL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de novembro de 2014

Resolução do negócio – Alteração das circunstâncias – Teoria da imprevisão

Da expressa menção ao fim contratual objetivo não pode retirar-se a conclusão que, por esse facto, se teve em vista ou se pretendeu a integração (por essa referida menção) de uma verdadeira cláusula resolutiva (condição potestativa) determinante de caducidade. Todas aquelas situações que conduzem ao desaparecimento dos pressupostos que foram relevantes ou mesmo essenciais para a formação do contrato se enquadram e devem ser analisadas e decididas, mais precisamente e conforme as circunstâncias concretas de cada caso, nos regimes legais relativos à impossibilidade superveniente (art. 790.º n.º 1, do CC) ou à alteração de circunstâncias (art. 437.º CC), institutos à luz dos quais deve ser encontrada a solução para tais situações.

A resolução do contrato é, no nosso direito civil, admitida em termos propositadamente genéricos, para que, em cada caso, o tribunal possa, atendendo à boa fé e à base do negócio, conceder ou não a resolução.

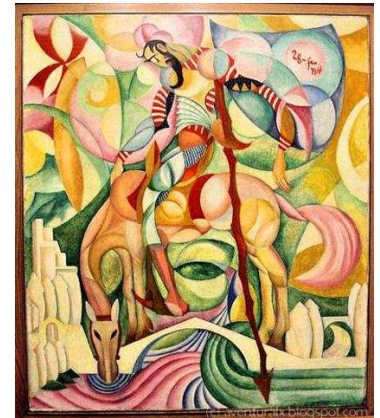
No quadro das relações contratuais concretas e especialmente das relações contratuais bilaterais a alteração de circunstâncias têm que aparecer configurar um obstáculo imprevisto e anómalo ao normal desenvolvimento do quadro contratual previsto, obstáculo esse que tem de aparecer por facto exterior à vontade das partes, um facto por elas não controlável. Assim, e fundamentalmente, os factos relevantes para darem lugar a uma quebra da base negocial efetiva não podem nunca decorrer de circunstâncias imputáveis à parte que se considera lesada, devendo para esse efeito os factos imprevistos escapar à capacidade de influência da parte.

A autonomia privada traduzida na possibilidade de as pessoas singulares ou coletivas auto-regularem (definirem e alterarem) as suas relações jurídicas, os seus interesses, tem como contrapartida a exigência de atuação dentro do quadro da boa fé negocial, ou seja que se cumpram as obrigações assumidas em relação a terceiros em nome e em proteção da necessária segurança das relações jurídicas que induz à estabilidade dos contratos.

- PROCESSO CIVIL -

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 678/2014, de 1 de novembro de 2014

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 33.º, n.º



2, da Portaria n.º 419 -A/2009, de 17 de Abril, na redação conferida pela Portaria n.º 82/2012, de 29 de março, nos termos da qual a reclamação da nota justificativa das custas de parte está sujeita ao depósito da totalidade do valor daquela nota.

- PENAL -

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 3 de novembro de 2014

Prescrição do procedimento criminal – Fraude Fiscal

O crime de fraude fiscal praticado através da emissão de fatura falsa, após acordo prévio dos vários arguidos, consuma-se com a emissão da fatura, senda essa a data relevante para o início da contagem do prazo de prescrição do procedimento criminal e não a data da liquidação do imposto. Sendo o crime cometido através da emissão de várias faturas, a contagem do prazo prescricional inicia-se com a emissão da última fatura.



alteração [ao Decreto-Lei n.º 157/2006](#), de 8 de agosto, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 158/2006](#), de 8 de agosto.

- PRIVACIDADE -

[Deliberação n.º 7680/2014 da CNPD, de 28 de outubro de 2014 \(Geolocalização no contexto laboral\)](#)

CNPD emitiu as suas orientações gerais sobre a utilização de tecnologias de geolocalização no contexto laboral. Na Deliberação n.º 7680/2014, de 28 de Outubro, a CNPD aprecia uso de dispositivos de geolocalização instalados em veículos e em dispositivos móveis inteligentes, como os telemóveis ou os computadores portáteis, e estabelece os fins específicos e as condições em que se admite os tratamentos de dados pessoais. Em breve, a CNPD irá disponibilizar u formulário eletrónico específico para a notificação deste tipo de tratamentos de dados, permitindo a emissão célere de autorizações.

- ATIVIDADE AEROPORTUÁRIA -

[Portaria N.º 235/2014, 17 de novembro de 2014](#)

Primeira alteração à [Portaria n.º 77-B/2014](#), de 1 de abril, que fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede

ANA, S. A., e nos restantes aeródromos e aeroportos.

- UNIÃO EUROPEIA -

[Programa COSME](#)

A Comissão Europeia lançou o Programa COSME para facilitar o acesso ao financiamento e aos mercados, por parte das PMEs europeias, melhorar a sua competitividade e o espírito empreendedor.

- ALOJAMENTO LOCAL -

[Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto de 2014](#)

No passado dia 27 de Novembro, entrou em vigor o novo Regime de Alojamento Local, publicado em 29 de Agosto, que se aplica a estabelecimentos que prestem serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração, desde que reúnam os requisitos previstos no decreto-lei, podendo integrar-se nas modalidades de moradia, apartamento e estabelecimentos de hospedagem. O referido diploma procede ainda ao enquadramento fiscal deste tipo de exploração em prestação de serviços de alojamento.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO -

[Decreto n.º 281/XII, de 31 de outubro de 2014](#)

Estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a [Lei n.º 21/2009](#), de 20 de maio, e os [Decretos-Leis n.ºs 608/73](#), de 14 de novembro, e [166/93](#), de 7 de maio.

[Decreto n.º 282/XII, de 31 de outubro de 2014](#)

Revê o regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil e procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 6/2006](#), de 27 de fevereiro, à terceira

CAMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.